

DOCUMENTO FINAL :

Os participantes do II Curso de Pastoral Indígena, promovido pelo CIMI-Norte-I reunidos do dia 23 ao 31 de janeiro do corrente na casa Jordão - Estrada do Aleixo, depois de discutirem a problemática indígena na Amazônia e o papel da Igreja, vem publicamente manifestar as suas posições sobre graves fatos denunciados durante o curso, por parte de missionários, agentes de pastoral e líderes indígenas que dele participaram.

1) Fazendeiros continuam invadindo as terras dos índios Macuxí, Wapixana, Taulipang e Ingaricó no Território de Roraima; o gado pasta bem no centro das aldeias indígenas, sob a vista complacente da Funai, cujos agentes pedem aos índios que esperem a demarcação de suas terras. Das 14 malocas da região do Surumu, cerca de 11 já estão invadidas pelo gado: as malocas de Cumaná, Canta Galo, Contão, Limão, Taxi, Pedra do sol, Barro, Perdiz, Curicaca, Santa Rosa e Bôca da Mata. Os principais fazendeiros que tomaram e estão tomando as terras dos índios são: Chico Pequeno, Cícero Pereira, Lazáro Madeira, João Vieira, Clara Madeira, Dora Madeira, Zé Brandão, Amadeu Vieira e outros.

2) Na região de Normandia, nas malocas da Raposa, Napoleão, Xumina, Guariba, Caçoeirinha e outras, também no território de Roraima, os fazendeiros, não contentes de invadir com o gado, vendem cachaça, envenenam animais domésticos e porcos, tendo como consequência até mesmo o envenenamento de crianças; numa dessas malocas, a Funai chegou até mesmo a arrendar a um fazendeiro, pelo prazo de um ano, as terras dos índios.

3) Grupos de Macuxí, da região do Surumu diante desta invasão, foram sendo empurrados cada vez mais em direção à fronteira da Venezuela, onde se encontram presentemente acuados.

4) O Parque Yanonami, cuja criação vem sendo proposta há vários anos, até hoje não foi aprovado e os índios estão na iminência de sofrerem novas violências com o reinício da estrada Perimetral Norte e as atividades de mineração que estão previstas para a região. Isso tudo trará nova mortandade a esse povo que já tanto sofreu com o crescente número de doenças a partir do contato com o branco na abertura da Perimetral Norte.

5) Foram denunciados muitos outros casos semelhantes que estão ocorrendo em toda a região do Estado do Amazonas: nas Prelazias de Humaitá, Alto Solimões, Parintins, Rio Negro, Rondônia, Guajará-Mirim, Acre...

Enquanto se levantavam estas denúncias no curso, e se discutiam aspectos da História do Amazonas, da Cultura e da Pastoral indígena, ocorreram dois fatos que consideramos também extremamente graves:

a) O Parecí Daniel Matenho Cabixí foi impedido pela Funai, em forma arbitrária e prepotente de participar como representante dos povos indígenas do Brasil da III Conferencia Episcopal Latinoamericana que atualmente se realiza em Puebla, (México) apesar de haver sido convidado oficialmente pelo proprio Papa João Paulo II. Esta atitude da Funai - uma verdadeira afronta a todos os povos indígenas - é bastante estranha porque: * Há algum tempo a Funai, permitiu sem nenhum problema, a saída do chefe Piraha Bernardo, para os Estados Unidos, levado à convite do S.I.L Summer Institut of Linguistics.

* Porque o Brasil mantém relações diplomáticas cordiais com o Vaticano, enquanto o México, que não mantém relações, recebe cordialmente os representantes do CMLM.

b) quando as estradas abertas irracionalmente se constituem em uma das principais fontes de exterminio das populações indígenas, é indicado para o ministério do Interior o ex-ministro dos Transportes, Mário Andreazza, que imediatamente nomeia como presidente da Funai o Sr. Adhemar Ribeiro da Silva, engenheiro de estradas e ex-diretor do DNER.

Novamente consideramos bastante estranho que um Governo que pretende buscar técnicos para ocupar funções especializadas, não só não convida um antropólogo para a direção da Funai como vai justamente escolher um homem, inimigo dos índios, apresentado pela imprensa de todo o país como um dos responsáveis pela abertura irresponsável da Transamazônica, que ocasionou grande número de mortes entre os Parakaná e os Arara e outros, num processo de verdadeiro etnocídio que ainda continua.

6) A invasão dos fazendeiros, as estradas, as atividades de mineração, as nomeações de Andreazza e Adhemar não se constituem em atos isolados; muito pelo contrário, fazem parte de uma trama conjugada e repre-

sentam as linhas políticas a serem continuadas pelo novo Governo que desta forma pretende transferir para a área rural - o modelo do "milagre econômico", que tantas vítimas fez entre os índios, bastando apenas citar a mineração em Rondônia, a invasão do Parque Aripuanã, a Br-174, a Br-080 que cortou o Parque Nacional do Xingú, etc...

7) É dentro deste quadro que se situam uma série de medidas que ultimamente abalaram a consciência nacional, como os "contratos de risco" e a consequente entrega da floresta amazônica a grupos capitalistas internacionais, o não cumprimento do Estatuto do Índio deixando de demarcar as terras indígenas e a insistência no famigerado projeto etnocida da emancipação, contra os quais toda a opinião pública se levantou.

Diante desta situação, os missionários, agentes de pastoral e índios, participantes do curso, assumindo o clamor dos tuxauas em sua recente reunião no Surumu e em sua última Assembléia Nacional em Goiânia, reafirmam que o principal problema do índio no Amazonas, hoje, é o problema da terra, que precisa URGENTEMENTE SER DEMARCADA.

Portanto, os participantes resolvem declarar o ano de 1979, como "o Ano DA LUTA PELA DEMARCAÇÃO DAS ÁREAS INDÍGENAS NA AMAZONIA, comprometendo-se a concentrar todos os esforços para a conquista deste objetivo, bem como a apoiar as iniciativas dos próprios índios para demarcarem suas terras, já que os organismos oficiais não cumpriram a lei e não atuaram na Amazonia.

Manaus, 10 de Fevereiro, 1979.

DOCUMENTO FINAL DOS PARTICIPANTES INDÍGENAS :

Curso de Pastoral Indígena - Cimi-Norte-I. AM - 23 a 31/1/79

Casa Jordão - Aleixo, Km 05 - Manaus.

Com proveito do curso apresentamos o nosso parecer diante de um país brasileiro, para que sejam aceitas as nossas exigências:

- a) Que o PODER EXECUTIVO reconheça ao índio como sendo também um verdadeiro brasileiro nato.
- b) Que os índios sejam autores da demarcação de suas terras uma vez que a FUNAI falhou desobedecendo decreto Presidencial.
- c) Que as terras demarcadas sejam reconhecidas, através de um decreto Presidencial.
- d) Reconhecer que existem índios no Brasil e a Funai deixe livremente o índio participar de encontros regionais, nacionais e internacionais.
- e) Que o projeto de EMANCIPAÇÃO seja extinto do gabinete Presidencial.
- f) Que o Cimi regional e nacional continue a lutar pela causa indígena.

São os pensamentos sinceros do índio brasileiro aqui presentes como:

João Bosco A. Marinho, (Tukano)
Luis Gomes Lana (Dessano)
Sebastião Cruz, (Wapixana)
Juvencio Luis da Silva, (Macuxí)
José Maria, (Makuxí).

Manaus, 30/01/79.